

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Bolsonaro estará com Tarcísio em 2026?

## Lula torce por divisão da direita. E pode conseguir

Enquanto mais uma pesquisa, agora da Genial/Quaest, aponta para a baixa popularidade, o governo vai fazendo as suas contas. Como antecipara o Correio Político, na segunda-feira (9), o PT fará uma primeira reunião para discutir mapas eleitorais nos estados. Apesar da baixa aprovação do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva torce ainda para uma possibili-

dade: a divisão dos quadros da direita. Mesmo bem menos popular, Lula ainda aparece como favorito para a reeleição. Uma situação em que seus adversários apareçam divididos para a disputa em 2026, pode beneficiá-lo. E essa é uma possibilidade concreta, não apenas quanto às candidaturas à Presidência, mas também com relação às disputas nos estados.

## Bolsonaro

O fator-chave dessa possibilidade de divisão chama-se Jair Bolsonaro. Figura desconfiada e de temperamento imprevisível. No plano nacional, o nome que aparece mais forte é o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Mas Bolsonaro vai com ele?

## Michelle

Bolsonaro poderá insistir no lançamento de um da sua família. Começa a acenar mais para a chance de Michelle ou Eduardo Bolsonaro. Tarcísio já declarou não querer bater de frente com o ex-presidente. No caso, poderia declinar da Presidência para uma reeleição fácil.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Bia quer uma das vagas da direita ao Senado

## Distrito Federal é um exemplo concreto da divisão

Os demais partidos conservadores e esses setores na sociedade poderiam se unir em torno de Tarcísio. Mas talvez não haja a mesma disposição no caso de Michelle ou Eduardo. O PSD, por exemplo, que tenderia a ir com Tarcísio, no caso pode acabar lançando um nome próprio, os governadores do Paraná, Ratinho Jr, e do

Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, um dos dois. Essa mesma possibilidade de divisão no plano nacional repete-se nos pleitos regionais. E o Distrito Federal é um exemplo, na disputa pelas duas vagas ao Senado. Há quatro nomes na direita querendo essas duas vagas. Um deles, inclusive, é o governador Ibaneis Rocha (MDB).

## Ibaneis

No plano ideal, a vice-governadora Celina Leão (PP) sai para o governo, e Ibaneis fica com uma das vagas para o Senado. Deixando a outra para o PL de Jair Bolsonaro, que, unido, então, formaria essa aliança de direita para eleger Celina com facilidade na sucessão de Ibaneis.

## Michelle

“As pesquisas mostram a força eleitoral extraordinária de Michelle Bolsonaro”, diz Bia. “Inclusive como opção para a Presidência”. Um terceiro possível candidato do PL seria o senador Izalci Lucas, cujo mandato terminará no ano que vem. “Izalci é candidato a governador”.

## PL

Combinar isso com o PL, porém, está difícil. A deputada Bia Kicis (PL) declara sua pretensão ao Senado. “Eu fui proporcionalmente a deputada mais votada do país. Essa minha pretensão é natural”, diz ela. E aí, caso Michelle não saia à Presidência, teria a segunda vaga.

## Governador

“O senador Izalci veio para o PL com esse propósito de disputar o governo”, diz a deputada. No caso, então, ela deixa clara a hipótese de uma chapa concorrente à pretensão de Celina e Ibaneis. “O governador Ibaneis não tem experiência legislativa. Eu tenho”, conclui ela.

## STF julga responsabilizar big techs na internet

Corte avalia artigo que pune empresas no Marco Civil

Por Gabriela Gallo

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) retomou, nesta quarta-feira (4), o julgamento que trata da constitucionalidade (ou não) do artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014). Na prática, os ministros julgam a possibilidade de responsabilizar big techs sobre postagens e ações realizadas por seus usuários. A Corte começou a discutir sobre o tema em dezembro de 2024, mas o julgamento foi interrompido após pedido de vista (mais tempo de análise) do ministro André Mendonça, que foi quem abriu a sessão desta quarta e começou a proferir seu voto. A sessão continuará nesta quinta-feira (5) com o restante do voto do ministro. Em dezembro, os ministros Dias Toffoli, Luiz Fux e o presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, votaram pela responsabilização das redes.

Apesar de não ter terminado de ler seu voto sobre o caso, baseado no que André Mendonça disse durante a sessão, a expectativa é que ele entre em divergência com seus colegas de tribunal. Em seu voto, ele afirmou que a verdadeira tolerância defende pessoas, mesmo que estas expressem ideias “idiotas ou inaceitáveis”.

“A Justiça Eleitoral brasileira é confiável e digna de orgulho. Se, apesar disso, um cidadão vier a desconfiar dela, este é um direito. No Brasil, é lícito duvidar da existência de Deus, que o homem foi à Lua e das instituições”, afirmou o ministro.



Barroso rebateu ideia de que STF quer legislar sobre o tema

## Casos concretos

O início do julgamento ocorreu em decorrência dos Recursos Extraordinários (Res). O primeiro (RE 1037396), protocolado pelo Facebook, questiona uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que determinou a exclusão de um perfil falso na rede social. Já o segundo (RE 1057258), protocolado pelo Google Brasil, questiona a decisão judicial que responsabilizou a empresa por não excluir do Orkut uma comunidade criada para ofender uma pessoa, determinando o pagamento de danos morais.

Na abertura da sessão desta quarta-feira, o presidente do STF Luís Roberto Barroso reiterou que o julgamento no plenário da Corte ocorre devido aos dois casos concretos e que,

portanto, o Judiciário não está tentando invadir a competência do poder Legislativo – crítica recorrente contra os ministros sobre o tema.

“Em um regime de separação de poderes, como é a democracia brasileira, é o Legislativo que cria as leis, que cria o direito positivo. O Executivo aplica essas leis e presta os serviços públicos. E o Judiciário aplica a lei contenciosamente, ou seja, para solucionar litígios que são trazidos pelas partes perante o poder Judiciário. Pois é exatamente isso o que estamos fazendo aqui: decidindo casos concretos em que surgiram litígios, pessoas que se sentiram lesadas nos seus direitos e que vieram procurar o Judiciário em busca de reparação. O Judiciário não está legislando e

muito menos regulando, em caráter geral, abstrato e definitivo as plataformas digitais. Nós estamos julgando pretensões que chegaram ao Tribunal, por via de recursos”, destacou Barroso.

## Censura

Atualmente, plataformas digitais somente podem ser responsabilizadas pelas postagens de seus usuários se, após serem notificados judicialmente, não tomarem providências para retirar o conteúdo. Segundo o Marco Civil da Internet, a medida visa “assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura”.

Desde o começo do julgamento no STF, a Suprema Corte vem sendo acusada de promover censura e limitar a liberdade de expressão.

## Alckmin defende fortalecimento do Brics

Andressa Anhoete/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

O 11º Fórum Parlamentar do Brics termina nesta quinta-feira (5) com a assinatura conjunta de um documento final com propostas para combater desafios e promover uma governança global mais sustentável e inclusiva, além de outras propostas para os temas discutidos no Fórum – como desenvolvimento econômico e inteligência artificial.

O lema do Fórum deste ano é “o papel dos parlamentos do BRICS na construção de uma governança mais inclusiva e sustentável”. Nesta quarta-feira (4) ocorreu a abertura oficial do evento, que contou com a presença dos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e do presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin (PSB). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desembarcou na França nesta quarta-feira.

O primeiro dia do Brics, nesta terça-feira (3), foi uma espécie de pré Brics, no qual dois grupos paralelos discutiram medidas para combater a desigualdade de gênero entre os países (dentro de diversos temas) e outro grupo para debater questões comerciais e econômicas.

## Multilateralismo

Em seu discurso na abertura do evento, Hugo Motta destacou a relevância do encontro entre os parlamentares de mais



Fórum parlamentar se encerra nesta quinta

de 15 países, especialmente em um cenário geopolítico e econômico internacional conturbado. Tantos os congressistas estrangeiros quanto os brasileiros vêm criticando a política monetária protecionista adotada pelo presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump.

“Enfrentamos atualmente um contexto internacional marcado por tensões geopolíticas, protecionismo e fragilização do multilateralismo. Nesse cenário, a aposta no diálogo, na diplomacia e na renovação das instituições internacionais torna-se ainda mais imperativa”, disse o presidente da Câmara.

Geraldo Alckmin também defendeu o fortalecimento do grupo e o multilateralismo, que

é a cooperação entre vários países para alcançar um objetivo comum. “A ampliação do grupo exige mais coesão e efetividade. Os desafios que enfrentamos, da saúde global à transição verde, do avanço tecnológico à segurança internacional, são complexos e interconectados. Nenhum país pode enfrentá-los sozinho. Por isso, o papel dos nossos parlamentos é decisivo”, declarou o presidente em exercício.

## Comércio

Os representantes dos países presentes também discutiram diversos temas voltados para economia e comércio, como a criação de um ambiente de negócios com regras justas e transparentes, além do diálogo

e a negociação entre os países que compõem o Sul Global. O coordenador do Brics na Câmara dos Deputados, deputado Fausto Pinato (PP-SP), reiterou que os países que compõem o Brics representam 40% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

“Somos importantes na produção de alimentos, energia das mais variadas fontes e também de produtos avançados como chips e aviões. Detemos consideráveis reservas de minerais críticos para as tecnologias do futuro. Com essas credenciais, os países do Brics têm todo interesse em que o comércio mundial se realize sobre regras justas, transparentes e previsíveis”, destacou Pinato.

## Saúde

Alcolumbre, por sua vez, enfatizou que os esforços conjuntos também devem visar melhorar as condições de saúde dos países presentes e relembrou da pandemia de covid-19. “A pandemia da covid-19 nos lembrou de que o vírus que mata aqui mata em qualquer lugar do mundo, da mesma forma que as demais doenças infecciosas, o câncer, as doenças cardiovasculares e, infelizmente, a fome”, ele destacou.

O representante da Câmara Alta do Parlamento da Índia, Harivansh Narayan Singh, destacou que o grupo precisa dar maior destaque a doenças que tendem a ser negligenciadas por estarem mais presentes na população de baixa renda, como a dengue e a malária.